

Povos e comunidades tradicionais do Bico do Papagaio: estratégias de cuidados frente à COVID – 19

Traditional peoples and communities of Bico do Papagaio: care strategies towards COVID-19

Pueblos y comunidades tradicionales de Bico do Papagaio: estrategias de atención frente la COVID – 19

*Bárbara do Nascimento¹
Welitânia de Oliveria Rocha²*

Recebido em: 25/05/2021

Aceito em: 30/08/2021

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar as estratégias de cuidado das comunidades tradicionais da microrregião do Bico do Papagaio em relação à pandemia do coronavírus. Por meio dessa pandemia, analisamos as relações de poder imbricadas nos processos coloniais contemporâneos que afetam a vida dos povos e comunidades que vivem nesta microrregião. Essas relações de poder são constantemente reestabelecidas e intensificadas por meio do capitalismo neoliberal, tendo, inclusive, usado da pandemia para fazer avançar sobre territórios tradicionais “projetos de desenvolvimento” que, para esses povos, são verdadeiros projetos de morte.

Palavras-chave: Covid-19, povos e comunidades tradicionais, cuidado comunitário.

Abstract

The presente work aims to show the care strategies of the traditional communities of the Bico do Papagaio micro-region in relation to the new pandemic of the

1 Doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional – UFRJ. E-mail para contato: barbaradiasuft@gmail.com

2 Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília – UnB. E-mail para contato: oliveirawelitania@gmail.com

new coronavirus. Through this pandemic, we analyze the power relations interwoven in contemporary colonial processes that affected the lives of the people and communities that lived in the micro-region. These power relations are constantly reestablished and intensified through neoliberal capitalism. It used the pandemic to advance traditional territories using “development projects” that, for this people, are real projects of death.

Keywords: Covid-19, traditional people and communities, community care.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo resaltar las estrategias de atención de las comunidades tradicionales en la microrregión de Bico do Papagaio en relación a la pandemia de coronavirus. A través de esta pandemia, analizamos las relaciones de poder imbricadas en los procesos coloniales contemporáneos que afectan la vida de los pueblos y comunidades que habitan esta microrregión. Estas relaciones de poder se restablecen e intensifican constantemente a través del capitalismo neoliberal, habiendo, incluso, se utilizado de la pandemia para impulsar “proyectos de desarrollo” sobre territorios tradicionales que, para estos pueblos, son verdaderos proyectos de muerte.

Palabras clave: Covid-19, pueblos y comunidades tradicionales, cuidado comunitario.

Introdução

Este artigo apresenta um panorama sobre os processos de cuidados e estratégias de resistência que os povos tradicionais do Tocantins vêm adotando durante a pandemia. Em diversas comunidades tradicionais e territórios indígenas, o adoecimento ocasionado pela Covid-19 se acoplou aos cenários de vulnerabilidade em que esses povos já estavam inseridos, seja pela falta de regularização de seus territórios, ou pelas invasões de madeireiros, grileiros e de setores da mineração e do agronegócio. Além disso, fatores como o sucateamento dos serviços de saúde indígena, e a falta de uma estrutura médica de alta complexidade nas cidades de pequeno e médio porte, agravaram o cenário pandêmico.

A propagação de notícias falsas sobre o adoecimento

pela Covid-19 e sobre as medidas que evitam sua disseminação tem levado centenas de pessoas ao negacionismo científico e à desconfiança sobre ações recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) utilizadas no mundo todo para conter a pandemia. Isso é consequência direta das ações do atual governo brasileiro que, diferentemente de outros líderes mundiais, tem propagado desinformação, além de ter dificultado de forma sistemática o acesso da população brasileira à vacina, questionando laboratórios produtores de vacina sobre o preço e condições do contrato de compra¹.

Soma-se a esse contexto, o incentivo por parte do presidente da república do uso de medicamentos que compõem o “kit covid” - o sulfato de hidroxicloroquina, a azitromicina e o vermífugo ivermectina -, os quais não contam com comprovação de pesquisas sobre sua eficácia como meio de prevenção à Covid-19. O presidente realizou reuniões com médicos favoráveis ao denominado “Tratamento Precoce”², baseado no “kit Covid”, investiu recurso na organização de um “Manual sobre Tratamento Precoce” e enviou equipes médicas para a cidade de Manaus com o intuito de aplicar o “Tratamento Precoce” no momento quando enfrentava a maior crise sanitária da pandemia³. Essas ações do governo federal ao longo da pandemia, especialmente na cidade de Manaus, revelaram que o governo apoiou a efetivação da teoria da “imunidade de rebanho”. Por meio dessa estratégia, o governo federal acreditava que poderia produzir a proteção coletiva contra a Covid-19, contradizendo o que afirmam especialistas sobre essa ser somente produzida em contextos de vacinação. Mesmo assim, o governo de Bolsonaro aplicou essa abordagem ao induzir a contaminação, o que levou milhares de brasileiros a morte⁴.

Tais práticas adotadas por parte da população diante das ações de incentivo do governo federal podem ter gerado a piora

de pacientes que posteriormente contraíram a Covid-19, como demonstrado por estudo liderado pela Universidade de Oxford⁵. Além disso, houve amplo desencorajamento do uso de máscaras e do isolamento social, medidas que poderiam evitar a disseminação da doença, além de ataques direcionados a cientistas que se posicionaram contra as estratégias genocidas do Estado brasileiro e em favor da ciência. Hoje, enquanto escrevemos este artigo, o número total de mortes causadas pelo Covid-19 se aproxima de 430.000 e vem crescendo vertiginosamente.

Diante desse cenário, restou aos povos e comunidades tradicionais acionarem suas redes de proteção e cuidado através de estratégias comunitárias para barrar a entrada do vírus e dos invasores em suas aldeias e comunidades. Como afirma Sonia Guajajara, liderança indígena e coordenadora executiva da Articulação dos povos Indígenas do Brasil (APIB): “Nossa luta é pela vida, não apenas contra o vírus”. Essa frase reflete toda a violência que adentra os territórios e corpos indígenas, pois além do vírus, processos de colonização estão ativos e por séculos pretendem dominar os territórios dos povos tradicionais. As regiões norte e centro-oeste são marcadas por índices elevados de mortes de ativistas de comunidades tradicionais e a tensão tem aumentado com políticas e mudanças na legislação de proteção aos territórios de povos e comunidades tradicionais por parte do governo Bolsonaro (ALMEIDA, 2020).

Neste artigo, daremos enfoque à microrregião do Bico do Papagaio, que está situada no extremo norte do estado do Tocantins, e é zona de confluência entre os estados do Pará e Maranhão. Durante décadas, o Bico do Papagaio vem sendo palco de intensos conflitos agrários, que levaram à expulsão de muitas comunidades de seus territórios tradicionais. Ao mesmo tempo, quebradeiras de coco, camponeses, assentados, ocupantes, quilombolas, indígenas

e ribeirinhos, que são os sujeitos que ocupam essa microrregião, se fortaleceram por meio de movimentos de luta pela terra e pelo direito a existirem e conquistaram direitos históricos⁶ sobre os territórios que ocupavam.

Diante da precariedade ocasionada pela ausência de políticas públicas eficazes para tornar esses territórios mais seguros e menos suscetíveis à contaminação pelo coronavírus, surgem medidas capazes de barrar a proliferação do vírus por meio de teias de cuidado tecidas no seio das comunidades. O fechamento dos caminhos que dão acesso às terras indígenas, a exemplo do que foi feito pelo povo indígena Apinajé, assim como o manejo e o uso de ervas e plantas medicinais, geralmente realizados pelas mulheres, rezadeiras e curandeiras, e que tem como objetivo o fortalecimento do “corpo e do espírito” (ANTÔNIO APINAJÉ, 2020), demonstram os processos autônomos de cuidado que articulam saberes ancestrais e o amplo conhecimento sobre os territórios que ocupam.

O texto está organizado em duas partes: na primeira, explanamos de forma breve aspectos geográficos e históricos da microrregião do Bico do Papagaio, evidenciando como a formação da territorialidade do que se entende por Bico do Papagaio passou por intensos períodos de luta pela terra. Na segunda parte, a partir de diálogos que tivemos com alguns moradores dessa região, elucidamos estratégias de cuidados e resistências das populações tradicionais desse local fundamentais para barrar a disseminação da doença. Demonstramos ainda, como a relação estabelecida entre o Estado com os povos tradicionais está pautado em ações que perpassam o racismo e a necropolítica. A região do Bico do Papagaio é um dos locais do país onde mais se comete assassinato contra ativistas de movimentos sociais vinculados à luta pela reforma agrária, onde menos se apura essas execuções e onde mais

se realiza reintegração de posse (ALMEIDA, 2020).

Microrregião do Bico do Papagaio: um breve histórico da região

Como mencionamos acima, a microrregião conhecida como Bico do Papagaio fica localizada na confluência entre a região sul do Pará, Maranhão e norte do Tocantins. Com pelo menos 25 municípios, a região, que na década de 1970 foi palco de muitos conflitos socioambientais e agrários, é composta, em sua maioria, por povos e comunidades tradicionais. São assentados, povos indígenas, quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco, benzedeiros, rezadeiras, ribeirinhos, posseiros, comunidades em situação de ocupação e de atingidos por barragens.

Na tentativa de contextualizar geograficamente e historicamente este local, mesmo que de forma breve, destacamos pontos significativos sobre a região do extremo Norte do estado do Tocantins. O nome dado à região possui alguns significados, dos quais ressaltamos dois: o primeiro se refere ao formato da região no mapa do estado do Tocantins, em que é possível visualizar o formato de um Bico de Papagaio (veja o mapa abaixo), o que deu nome à região. A segunda vem de um diálogo com os povos indígenas, especialmente o povo indígena Apinajé, pois de acordo com eles e reforçado pelo pesquisador Ubiratan Francisco de Oliveira, o nome dado a região seria “Mêbengôkre (lugar entre as águas) como os Apinajés do passado a chamaram”. (OLIVEIRA, 2020, p. 63).

Segue abaixo figura ilustrativa da microrregião do bico do papagaio:

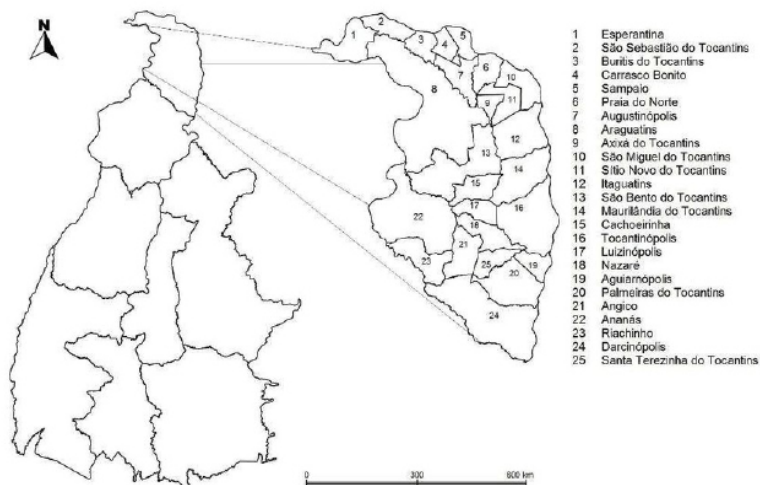


Figura 1 – MARQUES OLIVEIRA, Nilton & STRASSBURG, Udo (2014).

No mapa, podemos acompanhar a extensão territorial do Bico do Papagaio, localizando as cidades que fazem parte deste complexo geopolítico. A região teve notoriedade antes mesmo da criação do atual estado do Tocantins, fato que possui forte ligação com o histórico de conflitos territoriais, desencadeado pela forma como se deu a povoação e ocupação de todo o norte do Tocantins, antigo norte de Goiás. Dados sobre o processo de ocupação e povoamento da região evidenciam que:

Do ponto de vista histórico, a região do atual estado do Tocantins foi ocupada desde o século XVIII com as buscas por metais preciosos na região, seus dois rios mais expressivos (Araguaia e Tocantins) serviram como forma de penetração para as bandeiras vindas do norte do país. Natividade, que está ao sul da capital (200 km na rodovia Coluna Prestes – TO-050) do estado foi importante reduto aurífero, entrando em decadência com

o esgotamento das jazidas. (SOUSA, SILVA, 2017, p. 117).

As marcas expressivas da exploração de recursos naturais, sobretudo, minerais e extrativos, são consideradas marcos históricos na formação dos estados brasileiros, desconsiderando a ocupação de indígenas e ribeirinhos que as precediam e que foram impactadas por essas “frentes de expansão”. As distribuições de terras, historicamente desiguais, ainda reflete na estrutura fundiária brasileira, mantendo diversos aspectos da estrutura colonial.

Parte da gênese desse problema, está no estabelecimento da lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como lei de terras, cujo objetivo era o de regulamentar a posse sobre as terras em território nacional, e que fixou a prerrogativa de que o direito de ocupar terras devolutas só seria possível por meio da compra, não mais pela ocupação permanente dessas. Antes da referida lei, o que se tinha no Brasil colônia era a distribuição de terras por meio das sesmarias aos colonizadores, que exigiam do sesmeiro uma série de obrigações a serem cumpridas, como o de cultivar a terra, para que assim pudesse manter a concessão sobre ela. Como muitos sesmeiros não conseguiam cumprir com as exigências, tendo em vista que as sesmarias tinham tamanhos colossais, muitos posseiros, ou seja, pessoas empobrecidas que ocupavam essas terras para viver e produzir, se tornaram numericamente expressivos. De acordo com Oliveira e Fischer (2016):

[A] lei de terras, ao determinar que o acesso à terra dar-se-ia apenas mediante compra e venda, e, portanto, mercantilizando a terra, excluiu grande parcela da população brasileira, em especial os negros, que estavam sendo progressivamente libertos, e os imigrantes que eram recém chegados ao Brasil, na medida que muitos não puderam

ter acesso à esse direito, pois não possuíam meios financeiros para tanto (OLIVEIRA, FISCHER, 2016, p. 28).

A elite colonial (FRAGOSO, GÔUVEA, 2014) também se preocupava com a diminuição da disponibilidade de mão de obra, tendo em vista que em 1850, por meio da lei Eusébio de Queiroz (OLIVEIRA, FISCHER, 2016), havia sido proibido o tráfico negreiro. Para manter um contingente de mão de obra barata ou escravizada, a lei de terras serviu para favorecer aqueles que tinham poderes políticos e econômicos, fazendo com que pequenos agricultores e ex-escravizados não conseguissem ter acesso à terra, já que não obtiveram poderes econômicos para regularizá-las.

Na mesma medida em que os latifúndios fazem parte da estrutura fundiária brasileira, e isso se reproduz na região em que estamos tratando, em consequência do processo histórico de má distribuição de terra e que tem raízes na própria máquina colonial, a luta pela terra e pela reforma agrária também é parte inerente da história do Brasil. Chamamos atenção aqui para os estados do Pará, Goiás, Maranhão e Tocantins, que foram alvos da expansão agrícola e de outras frentes de expansão acentuadas desde a década de 1960⁷, como demonstraremos mais a frente, e que foram estados onde as elaborações de resistência precisaram ser intensificadas e se articular em diferentes frentes para manter os territórios tradicionais existindo.

Essa região foi marcada, inicialmente, pelo isolamento e a extração de ouro em seguida atividades de agropecuária, que enfatizaram a presença de grandes latifúndios, posseiros e grileiros (FEARNSIDE, 2010, p. 56). Aqueles que não contavam com a documentação efetiva de proprietários da terra sofreram várias

opressões. A região era uma fronteira em expansão para se alcançar a Amazônia. No momento da construção de Brasília, Juscelino Kubitschek deu início à rodovia Belém-Brasília, que acabou por reconfigurar esse território, transformando em local de passagem e trânsito, marcou a construção de pequenas cidades em suas margens, especialmente após a criação do estado do Tocantins. No governo militar, os grandes latifúndios obtiveram apoio para a expansão da fronteira agrícola, o que acirrou o conflito agrário na região que contavam com pequenos agricultores e indígenas (U. DE OLIVEIRA, STÉDILE, 2005). Manifestações populares eram uma ameaça ao projeto desenvolvimentista do governo e sempre sofreram repressão. Diante desse processo histórico, essa região concentra conflitos agrários que explodem constantemente.

A microrregião do Bico do Papagaio transita entre as vegetações do Cerrado e Floresta Amazônica. Destacando as características dessas vegetações, e sobre pontos importantes sobre o uso do solo na região, Sousa e Silva (2017) afirmam que:

O cerrado varia entre o campo limpo, o campo sujo, o cerrado e o cerradão conforme as características do solo. Na faixa norte do estado ocorre a faixa de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Os solos classificados em classes de aptidão agrícola: alta, média, média-baixa, baixa e desaconselhável para a agricultura. Na região norte do estado, as terras são de boa qualidade, entretanto em função da ocorrência de florestas nesta área do estado, avanço da agricultura mecanizada tem sido inibido. A região tem sido ocupada pela prática da pecuária bovina e pela agricultura menos tecnificada e mais precisamente a de pequena escala, baseada na enxada e em pequenos tratores. (SOUSA, SILVA, 2017, p. 116).

Na contemporaneidade, devemos destacar o reflexo desse processo em impactos ambientais, com a mudança da paisagem natural em pastos e extensos campos de soja, e na ocorrência de conflitos entre representantes do agronegócio e ativistas de movimentos sociais pela terra, que é composto por indígenas, quebradeiras de coco, assentados, quilombolas, pastorais sociais e organizações não governamentais de apoio à luta pela terra. Os territórios de ocupação tradicional são ameaçados e violentados pela expansão do agronegócio, e isso vem se consolidando cada vez mais com a nova expansão da fronteira agrícola nas regiões do MATOPIBA⁸.

Historicamente os conflitos se difundem sobre essa região, evidenciando este processo Souza e Silva (2017) mostram que:

A região do Bico do Papagaio ficou marcada, na década de 1970, pela guerrilha do Araguaia, sendo Xambioá umas das maiores bases do conflito, como ponto de apoio do exército no combate à Guerrilha, no auge do sombrio período da ditadura militar no Brasil. Esta região diferentemente do restante do estado viveu um intenso processo de interferência do estado ao longo dos anos de 1970 e 1980, por estar numa região muito próxima ao sul do Pará; se tornou importante ponto de passagem de população que correu em direção ao Pará na busca por ouro e por terra. A interferência estatal na região se acentuou com a criação do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (GETAT) que atuou na região até a criação do estado. (SOUZA, SILVA, 2017, p. 118).

Dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Caderno de Conflitos de 1985, demonstram como o Bico do Papagaio foi palco de conflitos agrários a partir das políticas de

avanço para a Amazônia desde a década de 1970. Ainda, de acordo com esses dados, ao longo dos anos de 1970 e meados dos anos de 1980, foram 73 conflitos nessa microrregião, o que equivaleria a pelo menos 10,6% dos conflitos totais no Brasil (CHAVES, 2015, p. 91). Essa violência perpetua-se e replica-se de múltiplas formas. Em 2019, o discurso violento do governo federal em favor dos grandes proprietários rurais e grileiros, incentivou a ação desses no desmatamento e invasões de terras, agressão aos servidores dos órgãos de fiscalização, desmonte desses serviços e ataques aos movimentos sociais. O total de conflitos por terras teve um aumento de 12 % em relação ao ano de 2018 (CANUTO, 2019).

De acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2019, as regiões norte e nordeste apresentaram as maiores ocorrências de assassinatos no campo, sendo que a microrregião do Bico do Papagaio (PA, MA e TO) foi a mais violenta. As pessoas que mais morreram nesses conflitos são os camponeses posseiros (seringueiros, ribeirinhos, pescadores) com 32% das mortes, em seguida, os camponeses sem terra (28%), indígenas (13,1%) e quilombolas (10,1%) (CANUTO, 2019). Ainda segundo o relatório, os alvos desses eventos são fazendeiros, empresários e grileiros (74% dos casos), em seguida as mineradoras, madeireiras, hidrelétricas e o Estado (26% dos casos).

Essas mortes e conflitos, no entanto, também obtiveram respostas firmes de resistência, o que consolidou a região como um dos mais expressivos na luta popular, realizadas historicamente pelos movimentos da luta pela terra⁹, com forte participação campesina, indígena, quilombola e demais atores sociais do campo e das cidades. Vivenciar a terra por parte desses sujeitos potencializa modos ser e regimes de conhecimento, por conseguinte, sentimentos, afetos, moralidades e conhecimentos convergem para a terra. Essa experiência está atrelada a histórias

de vida e dos antepassados, como enfatiza Oliveira (2010), fazendo com que essas pessoas guardem uma memória profunda sobre a terra. Essa vida coletiva na terra e da terra faz compartilhar uma consciência política sobre os usos morais da terra, que passa a ser um instrumento de liberdade que engaja essas pessoas em movimentos sociais. A mobilidade encontrada nessa microrregião marcada pela fuga diante das frentes capitalistas estatais e pela reocupação, sinaliza para essa existência vinculada à terra que ativa os movimentos sociais. Assim, os coletivos dessa microrregião não desistem e resistem, re-existem ao avanço do capital. Para Ailton Krenak (2019), adiar o fim do mundo é sempre poder contar uma outra história, em outro tempo, a partir de outras experiências e outras vidas. Assim, a proposta de genocídio dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais apresentada pela modernidade foi cruzada, teve resistência. Várias manobras foram usadas por esses povos para freá-la com criatividade e redes de solidariedade.

Ainda sobre a microrregião e os conflitos que a marcaram, em 1996, 21 trabalhadores sem-terra foram assassinados no fatídico massacre de Eldorado dos Carajás, no sudeste paraense, quando centenas de trabalhadores marchavam em manifestação pela desapropriação de um latifúndio. Uma década antes, em Imperatriz, no Maranhão, o assassinato de Padre Josimo chocou toda a região, crime que ocorreu em retaliação por sua luta em favor dos agricultores e camponeses. O empilhamento de crimes e corpos por parte dos latifundiários, com frequência coadunados com poderes do Estado, em mais um crime anunciado, culminou em mais um massacre, dessa vez em Pau D'arco, em 2017, com o assassinato de dez trabalhadores sem-terra. Além da expulsão sistemática de comunidades tradicionais, como o que ocorre na cidade de Campos Lindos no Tocantins, e do envenenamento de comunidades por agrotóxico, a região do MATOPIBA vê repetir

em sua história as violações incentivadas pelo Estado brasileiro.

Após essa breve contextualização sobre a história da região, compartilhamos a seguir as principais estratégias desses povos para o enfrentamento do Covid- 19, dialogando, sobretudo, com um olhar crítico sobre qual papel do estado brasileiro, que negligencia, como já demonstrado, as possibilidades de contenção da pandemia, atitudes que evidencia constantes estratégias de extermínio da vida e dos modos de existir dos povos e comunidades tradicionais, não só da microrregião do Bico do Papagaio, mas também de outras regiões Brasil afora.

Bico do Papagaio: estratégias de cuidados frente ao COVID-19

Nos municípios localizados no Bico do Papagaio, a estrutura dos serviços de saúde é capaz de realizar apenas atendimentos básicos de saúde, e os casos de média e alta complexidade precisam ser transferidos para cidades maiores, como Imperatriz, no Maranhão, e Augustinópolis e Araguaína, ambas no Tocantins, e as distâncias que precisam ser percorridas pelos pacientes podem chegar até 300 km.

A centralização de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) e de equipamentos de média e alta complexidade nas capitais prova que aqueles que vivem nos rincões do país, ou nas “margens”, principalmente povos indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos, são deixados para morrer. O "deixar morrer", nesse caso, é outra face do extermínio promovido por um colonialismo que ainda não teve fim. O problema se agudiza porque nada foi feita na atenção básica para conter a pandemia, esses serviços não foram orientados com informações corretas e eficazes, capazes de conter a contaminação.

Quando citamos a estrutura colonial dialogamos com as formulações de Antônio Bispo (2015), quando nos mostra que é necessário construirmos estratégias de resistências e auto-organização comunitária contra-colonial, o que nos indica o processo contínuo da colonialidade, e que neste sentido, os povos e comunidades tradicionais se encontram em uma luta constante pelos seus direitos, territórios e modos próprios de existir. A situação que mencionamos, se repete em diversas regiões do Brasil, principalmente no norte e nordeste, e demonstra como a estrutura do sistema de saúde implementada nos estados foi feita pensando em quem "merece morrer ou viver" nesta pandemia, para citar Achile Mbembe (2018), nos termos do capitalismo neoliberal.

Desse modo, é preciso destacar que a pandemia da Covid-19 não nos afeta da mesma maneira e intensidade (DIAS, GUIMARÃES, 2020). Segundo moradores do povoado Sucavão, área que compõe o município de Sítio Novo do Tocantins, as dificuldades enfrentadas na pandemia são geradas por problemas que a maioria dos povoados da região já sofria e, que agora se intensificaram. Um desses problemas é a dificuldade para ter acesso ao sistema de saúde de forma mais completa, na sua integralidade, principalmente nos casos mais graves, como citamos acima.

Uma dimensão que afetou profundamente a vida das pessoas e coletivos dessa região foi também a soberania alimentar. Em uma região marcada pela vida de pequenos agricultores, manter a vida tornou-se mais difícil em tempos pandêmicos. A organização não-governamental Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO, 2021) realizou uma pesquisa onde mapeou o impacto da pandemia nas comunidades rurais da microrregião do Bico do Papagaio, especialmente nas comunidades de rurais de São Miguel, Sítio Novo, Axixá, Buriti, Carrasco Bonito, Araguatins e Esperantina. Foi diagnosticado pelo estudo que 11% das

pessoas que vivem nessa região são do grupo de risco, pois são idosos ou têm algum adoecimento crônico. Marcam a vida dessas famílias desigualdades sociais que as excluem de obter produtos de higiene e medicamentos e de ter acesso aos serviços de saúde adequados.

Neste momento pandêmico, a insegurança alimentar e dificuldade em comercializar sua produção somaram-se ao contexto de tensão que vivem diante do avanço de frentes de ações capitalistas sobre seus territórios. Esses pequenos agricultores afirmam que começaram a sentir os efeitos da pandemia quando as feiras onde vendiam seus produtos foram fechadas, assim como as escolas que eram os principais compradores. Tiveram que se readequar e reafirmar parcerias com a criação de uma rede de apoio com o intuito de reverterem a situação.

O fechamento das feiras onde comercializam sua produção se contrapõe a ação do agronegócio e sua comercialização que se mantiveram intactas na pandemia. De acordo com a intelectual do povo indígena maia, Gladysz Tzul Tzul (2019), os grandes empreendimentos continuaram atuantes, mas o isolamento social, usado como prevenção ao contágio, atingiu especialmente os povos indígenas, os quais foram obrigados a pararem de produzir. Em meio ao caos da insegurança alimentar, alternativas foram criadas tanto na Guatemala quanto no Bico do Papagaio. Ainda segundo a autora (*op. cit.*), a tensão entre comunidades indígenas e o capital está posta há tempos. A vida das comunidades indígenas se mostra frágil diante da covid, mas ao mesmo tempo suas ações projetam energia para que essa vida se refaça.

A microrregião do Bico do Papagaio sofreu com outras questões como afirma o levantamento da APA-TO (2021), entre essas estão: a vinda de pessoas aos espaços de lazer e aos bares nas comunidades; precariedade das estradas para deslocamentos

devido à adoecimentos; escassez de água; ausência de visitas dos agentes comunitários de saúde; sensação de abandono com relação à Secretaria de Saúde; dificuldade no acesso às consultas médicas. Esse cenário levou as lideranças comunitárias a se organizarem para repassar informações como: usar máscara e álcool em gel; ficar no território; evitar ir à cidade; evitar aglomerações e não receber visitas; suspensão das celebrações e fechar o acesso às comunidades. A comercialização dos produtos agrícolas passou a acontecer entre as famílias, evitando assim o deslocamento até as cidades.

O povo Apinajé e o enfrentamento à Covid-19

A Terra Indígena (TI) Apinajé está localizada entre os Municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento do Tocantins e Cachoeirinha, todas na região do Bico do papagaio. De acordo com Antônio Veríssimo, liderança Apinajé, há muito tempo seu povo enfrenta as invasões de madeireiros, fazendeiros e pescadores em seu território, mas “com a pandemia as formas de resistência do povo, como realizar ações de Monitoramento e Vigilância do Território, acabam ficando comprometidas”, mesmo com esforço de manter “Barreiras Sanitárias” nas estradas de acesso às aldeias para impedir ou controlar a entrada e saída de pessoas.



Figura 2 - Foto: Entrada da Barreira da aldeia Mariazinha
Fonte: Karina Almeida, 2020.

Diante desse contexto, o povo Indígena Apinajé sofre ainda mais devido a impossibilidade de realização de atividades da vida cotidiana, como “encontros, reuniões, rituais, e até mesmo os trabalhos coletivos nas roças”. Como nos relatou Antônio Veríssimo, “tais proibições entristece a alma do povo e intensifica o medo, sobretudo, devido ao receio de lideranças e anciãos adoecerem, e de serem contaminados pelos invasores que cercam o território”. Além disso, também há uma mudança na relação com a cidade, com os órgãos públicos e as visitas às aldeias, que também eram frequentes, mas foram totalmente proibidas.

No que tange as estratégias de combate, as barreiras sanitárias foi o maior e mais eficaz instrumento de organização e controle da entrada e saída de pessoas no território Apinajé durante a pandemia de Covid-19. A pesquisadora Apinajé, Sheila Baxy Pereira de Castro Apinajé, no artigo intitulado, *Meà e a luta contra o avanço do coronavírus entre os Apinajé* (2020), nos mostra que a mobilização dos Apinajé em torno das barreiras sanitárias, acionou a proteção necessária para que a doença não se disseminasse de forma desastrosa dentro do território. Ela destaca ainda que a

estratégia das barreiras ocupa um lugar histórico e ancestral na sociocosmologia Apinajé, tendo em vista que marca a passagem dos jovens Apinajé para vida adulta. Este conhecimento sobre o rito de passagem (VAN GENNEP, 1978) da vida cultural dos *Panhí*¹⁰, está nas mãos dos Pêpkaàk ou, na forma usualmente usada na língua portuguesa dos “*os guardiões Apinajé*”. Esses têm como principal ação realizar a transmissão dos conhecimentos Apinajé para os jovens. A narrativa histórica contada pelos mais velhos é que, neste ritual, ensina-se aos jovens a serem futuros guerreiros e a fazer barricadas. Assim, desde 2014, as barreiras vêm acontecendo e estão sendo usadas, para além do propósito de controle dos fluxos, como estratégias práticas para mostrar aos jovens por quais motivos eles têm que lutar.

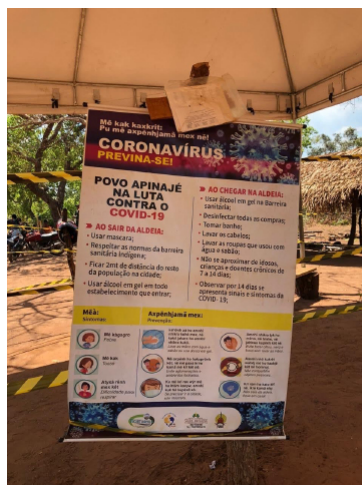
A estratégia da utilização de barreiras foi articulada e pensada pela organização da comunidade, como destaca a autora, entre lideranças, cacicas e caciques Apinajé, que se reuniram e decidiram traçar planos pela construção de barreiras nos principais acessos a TI Apinajé. Os jovens, muito articulados com um fazer ancestral e que já vinham se organizando para solucionar problemas sociais através das estratégias de barreiras, inspiradas em seus rituais de passagem, na figura dos “Guardiões”, acionaram essa sabedoria e produziram medidas de ações imediatas para proteção do território. Foi dessa maneira que, em 2014, a partir de uma iniciativa dos jovens Guardiões, eles usaram da estratégia das barreiras para contenção do alcoolismo, e hoje, a reutilizaram no combate à Covid-19.

Não é a primeira vez que o povo Apinajé precisa lidar com um cenário de adoecimento ocasionado por vírus e epidemias. No texto de Sheila Apinajé (2020) temos exemplos expressivos do quanto as epidemias mataram e matam de várias maneiras, desde a morte física provocada pelas infecções do vírus, até mesmo por

adoecimentos psicológicos, que, por vezes, como ocorre em outros contextos indígenas, resulta em diversos casos de suicídio.

Gostaríamos ainda de descartar a participação das mulheres Apinajé nas barreiras sanitárias, além das barreiras centrais construídas nos polos das aldeias mães – aldeia Mariazinha e aldeia São José, outras aldeias também construíram pontos sanitários, onde muitos destes pontos foram criados por mulheres, cacicas ou lideranças do povo Apinajé.

Nas fotos que seguem, podemos ver a iniciativa das mulheres no enfrentamento ao Covid- 19, e suas intensas participações nas barreiras centrais:



Figuras 3 e 4 – foto da entrada da Barreira polo da aldeia Mariazinha
Fonte: Karina Almeida, 2020.

Na história dos povos indígenas, essas doenças trazidas por não indígenas para as aldeias se fazem presentes em suas narrativas, na memória coletiva dos povos (DIAS, GUIMARÃES, 2020), e junto a elas conhecimentos tradicionais de curas, resguardos e prevenções. Como forma de prevenir e fortalecer seus corpos e

espíritos contra a doença, Antônio Apinajé conta que usam do poder de cura da medicina tradicional, cuja árvore sucupira é símbolo de resistência dos povos do cerrado. Para ele, em consonância com a ciência indígena e, também, com a ciência ocidental, as pandemias nos alertam para as formas de relacionamento que estabelecemos com a terra, especialmente com as florestas.

A devastação desenfreada de florestas e a destruição de rios causam desequilíbrio no ecossistema, e é preciso repensar formas de coexistir com outros seres, com outras formas de vida, para que isso não se repita no futuro. Sem veículos, com poucos servidores ativos e falta de recursos, a Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) encontra-se cada vez mais sucateada e aparelhada para atender interesses dos ruralistas, madeireiros, grileiros e arrendatários, e pouco pode fazer no sentido da prevenção ao COVID-19 ou auxílio na interlocução com entidades.

Desse modo, os povos indígenas e de comunidades tradicionais precisam acionar suas próprias formas de autocuidado e resistência, somente assim conseguirem conter o vírus e fazer com que não se espalhasse de forma violenta em seus corpos/territórios. Apesar do número de casos e óbitos por Covid-19 ter aumentando em todo o estado do Tocantins, sobrecarregando o sistema de saúde, entre o povo Apinajé a situação se manteve controlada em relação à contaminação pelo novo coronavírus.

Hoje, em meados de abril de 2021, apesar da negligência do estado brasileiro, os Apinajé seguem com um quadro positivo no enfrentamento da Covid- 19. Atualmente, estima-se que 70% dos Panhĩ tenham tomado a vacina, e os casos apareceram se externalizaram em sua forma mais leve, sem registro de mortes. As barreiras configuram-se em uma estratégia muito importante e mostram que essa ação conseguiu conter a entrada da Covid- 19 até janeiro de 2020. Essas barreiras estiveram mais ativas entre os

Apinajé no período de maio a dezembro de 2020. Sobre isso, Sheila Apinajé (2020) reforça em seu artigo o apoio da Prev-fogo e da ação do polo base de Tocantinópolis, em parceria com a prefeitura de Tocantinópolis como colaboradores para a manutenção das barreiras durante esse período.

O olhar e cuidado das mulheres no combate à Covid- 19

Voltando o nosso olhar para as mulheres que vivem nos assentamentos, povoados e territórios da microrregião do Bico do Papagaio do estado do Tocantins, que são quebradeiras de coco, raizeiras e benzedadeiras, quilombolas, indígenas, pescadoras, vazeiras, extrativistas, agricultoras, atingidas por barragem, assentadas, acampadas e reassentadas, percebemos que a maioria delas é responsável pelo cultivo dos alimentos para suas comunidades. Com isso, na porta da frente da luta contra à Covid, estão presentes mulheres que mobilizam as relações de cuidados, fator que também as tornaram e as tornam mais vulneráveis.

Em conversas com moradores do povoado Sucavão, percebemos que as estratégias e os cuidados contra a Covid-19 foram diversos e, especialmente, autônomos, nascidos da própria comunidade com as mulheres a frente desse processo. Nesse sentido, utilizamos as estratégias de comunicação, atreves da realização de ligações e chamadas pelo aplicativo do Whatsapp com mulheres quebradeiras de coco, assentadas e representantes das organizações que desenvolvem trabalhos de pesquisa e/ou aplicação de políticas sociais nos territórios tradicionais da microrregião.

Diante disso, Dona Maria de Jesus Rodrigues, que reside no povoado Fazenda Reis pertencente ao município de Axixá do Tocantins, ela enfatiza sobre o uso dos “remédios do mato” como uma das ações mais eficazes no tratamento e até mesmo na prevenção da Covid – 19. Em suas próprias palavras:

O mastruz com leite foi o que me curou! Eu sei disso, porque apesar de tomar os remédios que veio do polo de saúde de Axixá, que vem aqui na Reis, buscar a gente e fazer exames e passar os remédios, tive que fazer garrafas e garrafas de mastruz. Lembro que fervia um litro de leite com mastruz em uma panela grande, deixava esfriar e tomava todo dia de manhã. (Maria de Jesus Rodrigues, outubro de 2020).

Dona Maria de Jesus além de relatar sobre a força dos “remédios do mato”, tratou da participação do Polo de Saúde atuando no povoado, revelando o diálogo entre epistemologias, uma vez que o Polo de Saúde atua como a ponta dos serviços de saúde nos territórios. Na nossa conversa, ressaltou a importância da ajuda desse Polo e de como as mulheres dominavam o conhecimento sobre os remédios que poderiam ajudar neste momento de pandemia e teciam o diálogo com o Polo de Saúde. Outro ponto importante destacado em sua fala foi sobre as ações realizadas nas cidades vizinhas, com o objetivo de conter a entrada de pessoas nos povoados. Eram as barreiras sanitárias sendo construídas como proteção. Sobre isso, Maria de Jesus lembra que em meados de abril de 2020, chegou aos ouvidos dos moradores da Fazenda Reis que a cidade de São Bento havia bloqueado a entrada e saída de pessoas, evitando a circulação dos que vinham das cidades vizinhas: Axixá, São Miguel e Sítio Novo, todas do estado do Tocantins e a cidade de Imperatriz, no estado do Maranhão. Dona Maria de Jesus acredita que essa ação contribuiu para que na região do povoado da Fazenda Reis houvesse uma diminuição dos casos de contaminação por Covid-19 e se mantivesse em baixa a quantidade contaminados nos meses seguintes.

No povoado Sucavão, no diálogo com Maria Telvina e

Maria da Luz (Dodô), ambas quebradeiras de coco da região, da cidade de Sítio Novo Tocantins, elas contam em seus relatos sobre o cuidado com a alimentação e o “aquietar” (não circular), como estratégia de conter a exposição ao vírus da Covid-19. Telvina e Dodô são mulheres expressivas para a comunidade, sobretudo, pelo reconhecimento de que são boas e experientes quebradeiras de coco, sendo referências para os moradores do povoado como lideranças comunitárias. No relato de Maria Telvina sobre a Covid-19, encontramos pontos importantes que mostram seu olhar sobre a doença, os sentimentos que têm gerado nos moradores, e as estratégias de cuidados que foram adotadas.

Sim, aqui no Bico do Papagaio, minha filha, ela (a Covid) já teve também um pouco forte. Daquela primeira vez que ela foi indo e afundou um pouco, aqui no Tocantins. Mas agora, nessa segunda vez, o Tocantins aí, o Papagaio já teve no vermelho, como você viu. As pessoas estão brincando, mas é sério, é sério mesmo. E eu tenho medo, mas tenho fé. A questão dos remédios, eu no início dela (Covid), eu andei tomando também muito o que o povo mais velho falou - foi o chá de boldo, é bom chá de boldo, me mandando tomar boldo, e o chá de limão, o chá de limão com alho, o povo tão bebendo demais. O chá de limão, o boldo tanto remédio, tudo caseiro, é no chá caseiro mesmo, chá de boldo, e chá de limão com alho. (Maria Telvina, 2021).

Maria Telvina não esconde o medo que ronda a comunidade sobre a contaminação pela Covid- 19, mas evidencia também o quando os remédios caseiros são centrais para o cuidado e manutenção da saúde, e que isso gera autonomia e mais segurança para as famílias. Por sua vez, Maria da Luz (Dodô) enfatiza em seu

relato o quanto a pandemia trouxe insegurança para o dia a dia do povoado onde mora, Sucavão, e também afetou e intensificou as dificuldades.

Eu tenho sessenta e cinco anos, nasci aqui nesse povoado. Povoados tem uns sessenta habitantes. Muito bom, muito calmo, muito legal. Eu sou uma quebradeira de coco. Hoje eu não quebro mais coco, porque já tô na idade que não posso mais. Vivo, adoentada, mas já quebrei bastante coco. Gosto muito, muito de quebrar coco. E o coco? Me ajudou muito, me ajudou muito o coco. Hoje eu não quebro mais porque eu não posso, mas tenho muita vontade. Tenho filho, sou eu, meu esposo e meu filho. Criei meu filho com ajuda do coco. Quebrando coco. Pois é, a sobre a pandemia aqui, aqui no Sucavão era animado, armaria, mudou demais, demais, ficou tudo diferente as coisas. É uma tristeza. Mudou tudo, mudou tudo aqui. Aqui era mais animado, a gente conversava, saía nas vizinhanças, assim conversava com os vizinhos, podia receber uma pessoa na casa da gente, e agora com esse negócio da pandemia, mudou tudo, a gente num anda na casa dos vizinhos, os vizinhos também não anda na casa da gente. Aí é tudo de máscara, e uma coisa ruim demais, é gente de máscara, tem hora que, que dá até uma agonia, assim na gente. E ficou tudo diferente mesmo, aqui mudou muito, mudou muita coisa. Povoado aqui era um povoadozinho tudo, tão animados, e agora é só tristeza, a gente vê fica todo mundo isolado pra suas casas, aí que a gente anda mais visitando pessoa, não anda recebendo mais as pessoas na casa da gente, muitos amigos, assim de fora que vinha pra casa da gente final de semana, e agora pronto, mudou muita coisa depois dessa pandemia, a coisa mudou muito, e perda também de amigos, gente, ah minha gente é, é muita tristeza. Essa pande-

mia foi tristeza mesmo, né? Pois é, aqui não tá nada legal. E piorou sobre, não foi nem sobre assim, só as visitas das pessoas. Esse negócio, de não ter emprego pras pessoas, e ficou as coisas tudo mais difícil. As pessoas passando necessidade, causa que não pode trabalhar, não tem emprego, nada pras pessoas. Aí mudou tudo mesmo (Maria da Luz, 2021).

O intenso relato de Dodô mostra como o cenário pandêmico não nos impacta da mesma forma. Ficar em casa é atravessado pela impossibilidade de trabalho, mas também acaba por gerar impossibilidade de realização das socialidades que marca a vida e cotidiano do povoado. Ela enfatiza a todo momento a tristeza de não encontrar com os vizinhos, andar pelo povoado, e que essa tristeza é acentuada pela perda dos amigos, pessoas queridas que também faziam parte deste ciclo de convívio em comunidade.

De acordo com Valéria Santos, da Articulação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do cerrado, a falta de renda, ocasionada pela impossibilidade de comercialização da produção dessas comunidades por causa do isolamento social e da crise econômica que se segue, a pressão de prover o alimento na mesa da família recai ainda mais sobre a mulher, somando-se a um histórico de sobrecargas e adoecimento físico e psíquico em suas vidas cotidianas que precedem à pandemia. Mariane Lucena, cientista social que trabalha com as comunidades tradicionais do norte do Tocantins, nos conta que:

Quando alguém adoece nas comunidades, correm para as curandeiras, as rezadeiras, elas que tratam as doenças à base de seus remédios caseiros, raízes e chás, mas neste momento são elas que estão no grupo de risco, a maioria são idosas e não existe amparo do governo para a segurança dessas mulheres (LUCENA, 2020).

Este cenário nos mostra duas realidades em que se encontram as mulheres do campo nesta pandemia: a primeira enfatiza a importância das mulheres para suas comunidades, mostrando seu protagonismo para com o cuidado da roça e da família, e de outro, a falta desse mesmo cuidado direcionado a elas, materializado na falta de políticas públicas para mulheres do campo em relação aos riscos e vulnerabilidades em que estão expostas durante a pandemia.

A exposição não é só em relação à doença, mas também às violências domésticas que se fazem presente na vida dessas mulheres, as tornando mais vulneráveis no atual contexto. Outro fator que violenta ainda mais suas vidas é a contínua ameaça e violações cometidas por setores do agronegócio presentes na região, “esses não entram em quarentena”, afirma Valéria Santos.

Perceber a mobilização dessas mulheres para efetivação de cuidados que atravessam gerações, nos mostra a potência do autocuidado e a importância da valorização dos conhecimentos tradicionais para os povos. São por meio destas ações que conseguimos observar a resistência e as estratégias de enfrentamento à Covid-19 na região do Bico do Papagaio. As mulheres nos ensinam que é preciso segurar firme nas raízes, e entender que elas podem oferecer bases sólidas para construir um novo viver diante de um caos, que é usado como estratégia colonial para dizimar e exterminar os povos e modos de vida.

Considerações finais

As discussões apresentadas neste trabalho possuem questões que continuam em aberto, tendo em vista que mais de um ano depois continuamos nesse mesmo cenário pandêmico, mas com mais agravantes. Gostaríamos de destacar o espectro de ações de resistência dos Apinajé como a estratégia de enfrentamento a pan-

demia, pois os Apinajé e outros povos indígenas e de comunidades tradicionais são a grade inspiração de estratégias reais e efetivas contra a Covid-19, que resistem apesar das políticas genocidas promovidas pelo governo brasileiro. Baseando em suas histórias de conflitos, e na tradição de construir um caminho que prepara seus jovens para atuar em defesa do território, como enfatizado no rito de incisão do Pëpkaàk Apinajé, os jovens guardiões representam uma afirmativa contracolonial (SANTOS, 2015), frente as estratégias genocidas gerenciadas pelo Estado e pelo capitalismo. A participação das mulheres Apinajé mostra a ação coletiva do povo Panhĩ, quando homens e mulheres assumem a centralidade das ações das barreiras no território Apinajé.

Ademais, com as estratégias das mulheres do campo, percebemos o quanto o cuidado comunitário é fundamental, embora sejam as mulheres que estão nas frentes de mobilizações de cura e cuidado. Elas carregam a responsabilidade da maioria das tarefas cotidianas, e são também as principais intermediárias entre os doentes e a comunidade.

Buscamos dar centralidade às formas próprias de organização e enfreamento dos povos e comunidades do Bico do Papagaio. O potencial e a grandeza de seus conhecimentos tradicionais, nas palavras de Antônio Bispo (2015), se aliam a estratégias e organização contra colonial, na medida em que se utilizam de seu modo próprio de existir para fomentar a vida e vencer a morte, que em grande escala é assolada pelo vírus e intensificada e pelo descaso intencional do Estado.

Notas:

1. Faremos uso neste trabalho de matérias jornalísticas que relatam fatos relativos ao governo federal e sua atuação na pandemia

da COVID-19 como objetos de análise, como a notícia: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/01/07/brasil-tem-350-milhoes-de-doses-de-vacinas-contracovid-garantidas-para-2021-diz-pazuello.ghtml>

2. Matéria que apresenta encontro do Presidente com médicos que aprovam o uso do denominado “Kit-Covid”. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-09/covid-19-bolsonaro-se-reune-com-medicos-que-apoiam-uso-da-cloroquina>

3. <https://www.ictq.com.br/farmacia-clinica/2039-kit-covid-de-graca-para-a-populacao-estuda-ministerio-da-saude>; <https://www.poder360.com.br/coronavirus/saude-encomendou-manual-para-tratamento-precoce-da-covid-19/>

4. <https://catracalivre.com.br/cidadania/amazonas-foi-laboratorio-de-bolsonaro-para-imunidade-de-rebanho-diz-vice-governador/>

5. Ver mais em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/16/estudo-de-oxford-associa-hidroxicloroquina-a-agravamento-de-casos-de-covid-19-e-mortes.ghtml>

6. Para citar um desses importantes direitos conquistados, mencionamos a lei do Babaçu livre, aprovada na câmara em 2007, na qual proíbi a derrubada de babaçuais e regulamenta o manejo dos mesmos, evitando assim, a derrubada indiscriminada dos babaçuais, ainda que em terras privadas.

7. 24 HORAS NEWS. Rodovia Cuiabá-Santarém cortou territórios e quase dizimou índios. 17/11/2003. Disponível em: <https://www.indios.org.br/pt/Not%C3%Adcias?id=10248>; (Acesso em: 25/03/2021).

8. Corresponde à frente de expansão agrícola nas regiões dos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins.

9. Dos quais, gostaríamos de destacar:

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra;

CUT – Central Única dos Trabalhadores;
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra;
CPT – Comissão Pastoral da Terra (dados extraídos das plataformas digitais).

10. Autodenominação do povo Apinajé.

Referências:

ALMEIDA, R. *Amazônia, pequenas inflexões sobre grandes abacaxis*. Marabá: Iguana, 2020.

APA-TO. Pesquisa aponta impactos do Coronavírus nas Comunidades Rurais do Bico do Papagaio. 2021. In: <http://www.apato.org.br/pesquisa-aponta-impactos-do-coronavirus-nas-comunidades-rurais-do-bico-do-papagaio>

APINAJÉ, S. B. P. de C. Mea e a luta contra o avanço do coronavírus entre os Apinajé. *Articulando E Construindo Saberes*, 2020. <https://doi.org/10.5216/racs.v5i.65254>.

CHAVES, P. R. Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio. *Tese de doutorado*, USP, São Paulo, 2015.

DIAS, B. N.; GUIMARÃES, S. M. Povos indígenas no Brasil e a Pandemia da Covid-19. In: *A Covid no Brasil: Ciência, inovação tecnológica e políticas públicas*. Curitiba: CRV, 2020.

FEARNSIDE, P. M. Consequências do desmatamento da Amazônia. *Scientific American Brasil Especial*, 2010.

FISCHER, L. R.; OLIVEIRA, N. A. Efeitos da lei de terras nas relações socioespaciais na Amazônia. *Revista Brasileira de História do Direito* *Revista Brasileira de História do Direito*, v. 2, n. 2, p. 19-38. Jul/Dez. 2016.

FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. F. *O Brasil colonial*: vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2019.

MARQUES OLIVEIRA, N. & STRASSBURG, Udo. Notas sobre a Desigualdade Social no Bico do Papagaio: Tocantins. *DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, 2014. DOI:10.20873/uft.2359-3652.2014v1n1p130.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, G. Os posseiros e a luta pela terra na região do bico do papagaio 1964-1985: modernização e tradição, *Dissertação de mestrado*. UNESP, 2010.

OLIVEIRA, U. F. Cartografias ontológicas de educadoras do campo da região do Bico do Papagaio-TO: o desvelar do ser-estar da mulher na formação docente em Educação do Campo. 2020. 350 f. Tese (*Doutorado em Geografia*) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTOS, A. B. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília, INCTI/UnB, 2015.

SOUSA, V. N. G.; SILVA, E. As quebradeiras de coco babaçi da microrregião do bico do papagaio do extremo norte tocantinense. *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína (TO), Ano 06, n.11, set/dez. de 2017.

TZUL, TZUL, G. La forma communal de la resistencia. *Revista de La Universidad de México*, 2019.

U. DE OLIVEIRA, A.; STÉDILE, J. P. *A Natureza do Agronegócio no Brasil*. Cartilha da Via Campesina. Brasília, 2005.

VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem* (Apresentação de Roberto da Matta), Petrópolis: Vozes, 1978.